

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

CNPJ: 00.059.857/0001-87

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2024 e 2025 em reais (R\$)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.040.704	573.595
Contas a receber de alunos	4	11.560.309	5.791.352
Adiantamentos		6.509.724	6.156.265
Outras contas a receber		25.483	269.110
Despesas antecipadas		63.959	67.485
Total do ativo circulante		23.200.179	12.857.807
Não circulante			
Depósitos Judiciais		1.095.468	10.756.569
Impostos à recuperar	5	2.647.346	2.647.346
Contas a Receber		909.899	-
Propriedade para Investimentos	6	41.904.300	41.075.400
Investimentos	7	28.483	28.483
Imobilizado	8	35.416.858	41.563.027
Ativo de Direito de Uso	9	18.202.327	23.050.802
Intangível		39.229	39.229
Total do ativo não circulante		100.243.910	119.160.857
Total do Ativo		123.444.089	132.018.664

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores		6.833.782	4.617.733
Obrigações trabalhistas	10	31.456.647	31.772.841
Impostos parcelados	11	2.248.785	11.071.493
Obrigações tributárias		521.261	489.436
Outras obrigações		18.098	21.878
Instituições financeiras	12	14.503.034	18.233.994
Arrendamento Direito de Uso	9	7.017.647	6.042.661
Matriculas antecipadas	13	24.603.266	23.514.555
Total do passivo circulante		87.202.521	95.764.591
Não circulante			
Instituições financeiras	12	22.748.565	16.511.904
Arrendamento Direito de Uso	9	13.642.668	18.782.659
Impostos parcelados	11	-	3.282.691
Provisão para passivo contingente	14	41.346.695	36.928.459
Total do passivo não circulante		77.737.928	75.505.713
Patrimônio Social			
Reservas de reavaliação	15	14.475.636	14.475.636
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial	6	36.705.370	36.705.370
Reservas de resultado	15	(92.677.366)	(90.432.646)
Total do patrimônio líquido		(41.496.360)	(39.251.640)
Total do passivo e patrimônio social		123.444.089	132.018.664

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DO (DÉFICIT) E SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO FINDO em 31 de dezembro de 2024 e 2025 - Em reais (R\$)			
	Notas	2025	2024
Receita bruta sobre prestação de serviços educacionais			
Receita com mensalidades		539.194.531	492.144.708
Outras receitas		4.557.696	4.634.367
Deduções de receita		(219.740.109)	(189.710.256)
(-) Deduções de receitas		(219.740.109)	(189.710.256)
Receita líquida sobre prestação de serviços educacionais	16.a	319.454.423	302.434.452
Custos dos serviços prestados	16.b	(141.954.127)	(140.675.645)
Resultado bruto		177.500.296	161.758.807
Despesas operacionais		(164.057.663)	(162.565.355)
Despesas com pessoal administrativo	17.a	(62.329.253)	(75.121.158)
Outras Despesas administrativas	17.b	(21.257.345)	(17.495.609)
Despesas com serviços de terceiros	17.c	(65.097.401)	(53.295.268)
Depreciação		(15.373.665)	(16.653.319)
Outras (despesas)receitas operacionais		-	-
(Déficit) Superávit antes das (despesas) receitas financeiras		13.442.633	(806.549)
Receitas financeiras	18	2.213.186	1.617.931
Despesas financeiras	18	(10.517.467)	(10.299.419)
(Despesas) receitas financeiras líquidas		(8.304.281)	(8.681.488)
(Déficit) Superávit do exercício		5.138.351	(9.488.036)

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 (valores expressos em reais)			
	31.12.2025	31.12.2024	
RECEITAS			
Receita de mensalidades	318.120.010	303.777.948	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	319.454.423	302.434.452	
	-1.334.413	1.343.496	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	94.224.526	79.871.526	
Custo dos Serviços prestados	94.224.526	79.871.526	
VALOR ADICIONADO BRUTO	223.895.484	223.906.422	
Depreciação e amortização	15.373.665	16.653.319	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	208.521.819	207.253.103	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA	2.213.186	1.617.930,72	
Receitas financeiras	2.213.186	1.617.931	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	210.735.005,33	208.871.033	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	192.436.150	205.496.818	
Remuneração Direta	140.772.516	150.664.589	
Benefícios	4.997.797	4.949.375	
INSS	32.500.349	35.116.899	
FGTS	14.165.488	14.765.955	
Impostos, taxas e contribuições	2.002.829	1.955.146	
Municipais	693.072	665.824	
Federais	1.309.757	1.289.321	
Remuneração de capital de terceiros	11.157.675	10.907.106	
Despesas Financeiras	10.517.467	10.299.419	
Aluguéis pagos	640.208	607.687	
Remuneração de capitais próprios	5.138.351	-9.488.036	
Lucro do exercício	5.138.351	-9.488.036	
	210.735.005,33	208.871.033	

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025 em reais (R\$)									
Conta	Quotas em tesouraria	Fundo de reserva	Fundo de bolsa	Fundo de investimento	Fundo a aplicar	Reserva reavaliação de terrenos	Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31/12/2023	-500.000	-4.136.491	-1.530.124	-24.603.666	-49.743.393	14.475.636	36.705.370	-	-29.332.667
Superávit(déficit) do exercício								-9.488.036	-9.488.036
(-)QUOTAS EM TESOURARIA									-
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial									-
Ajuste do exercício anterior		-38.358	-20.662	-335.355	-36.561				-430.936
Constituição de reservas		-474.402	-474.402	-2.846.411	-5.692.822			9.488.036	-
Saldos em 31/12/2024	-500.000	-4.649.250	-2.025.188	-27.785.432	-55.472.775	14.475.636	36.705.370	-	-39.251.640
Superávit(déficit) do exercício								5.138.351	5.138.351
(-)QUOTAS EM TESOURARIA									-
Reserva Ajuste Avaliação Patrimonial									-
Ajuste do exercício anterior		-369.244	-369.064	-1.882.135	-4.762.630				-7.383.071
Constituição de reservas		256.917.56	256.917.56	1.541.505.39	3.083.010.76			-5.138.351	-
Saldos em 31/12/2025	-500.000	-4.761.576	-2.137.334	-28.126.061	-57.152.394	14.475.636	36.705.370	-	-41.496.360

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO em 31 de dezembro de 2025 - Em reais (R\$)

	2025	2024
(Déficit) Superávit Líquido do Exercício	5.138.351	(9.488.036)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	5.138.351	(9.488.036)

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2025 - Em mil reais (R\$)

	2025	2024
--	------	------

Das atividades operacionais		
Superávit/déficit do exercício	5.138.351	(9.488.036)
Depreciações e amortizações	15.373.316	16.645.509
Baixa de bens do imobilizado	349	7.811
Provisão para devedores duvidosos	96.445	(2.779.467)
Ajustes de exercícios anteriores	(7.383.071)	(430.936)
Ajuste de Propriedade para investimentos	-	-
Resultado líquido ajustado	13.225.389	3.954.880
(Aumento) redução dos ativos operacionais	2.779.494	5.190.163
Mensalidades a receber	(5.852.313)	3.169.011
Adiantamentos a terceiros	(353.460)	579.032
Outras contas a receber	243.627	(110.498)
Despesas antecipadas	3.527	12.402
Depósitos Judiciais	9.661.101	(175.049)
Não Circulante - outros	(922.988)	1.715.265
Aumento (redução) dos passivos operacionais	4.152.156	(8.334.149)
Fornecedores	2.216.050	371.264
Obrigações trabalhistas	(316.194)	(3.473.075)
Obrigações tributárias	31.825	112.312
Outras obrigações	(3.780)	7.034
Receitas antecipadas	1.088.711	(3.283.528)
Impostos parcelados (não circulante)	(3.282.691)	(12.529.646)
Provisão para contingentes	4.418.235	10.461.490
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	6.931.650	(3.143.986)
Atividades de investimentos		
Aquisições do imobilizado (aumento)	(5.207.920)	(9.328.628)
Aquisições Imobilizado	(1.963.396)	(5.600.461)
Ativo de Direito de Uso - Arrendamento	(2.415.624)	(2.481.067)
Propriedade para Investimento (aumento)	(828.900)	(1.247.100)
Atividades de financiamentos		
Aumento (redução) de empréstimos de curto prazo	(11.578.681)	12.223.081
Direito de Uso - Arrendamento	974.987	826.451
Empréstimos a Curto Prazo	(12.553.667)	11.396.630
Aumento (redução) de empréstimos de longo prazo	1.096.670	(7.484.913)
Direito de Uso - Arrendamento	(5.139.990)	(3.907.172)
Empréstimos a Longo Prazo	6.236.661	(3.577.741)
Resgate de quotas	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos e financiamentos	(15.689.931)	(4.590.460)
Caixas e equivalentes de caixa		Caixa líquido
No início do exercício	573.595	4.353.161
No final do exercício	5.040.704	573.595
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	4.467.109	(3.779.566)

As notas explicativas anexas são parte integrante destas demonstrações

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31/12/2025

1. CONTEXTO OPERACIONAL
- O CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB foi constituído sob a forma de associação civil sem fins lucrativos, tendo como objetivo principal a prestação de Serviços Educacionais em todos os ramos e níveis do saber. A Entidade cumpre seus objetivos sociais, aplicando integralmente no país os recursos, prestando relevantes serviços à comunidade na qual está inserida, com destacada atuação na área de educação superior. Dentro das principais atividades desenvolvidas destacam-se os cursos de graduação, de pós-graduação, mestrado, doutorado, EAD e extensão universitária, os programas e projetos sociais e o atendimento a comunidade. A Associação, por ser instituição de educação sem fins lucrativos, cumpre os requisitos dos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional e em respeito ao artigo 150, inciso VI, alínea "c" da Constituição Federal está imune de tributação. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Entidade, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
- 2.1. Base de preparação das demonstrações contábeis
- 2.1.1. Declaração de conformidade
- As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

Os custos incorridos relacionados às propriedades para investimento em utilização, como: manutenção, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos como custo na demonstração do resultado do período a que se refere.

2.8. Imobilizado
Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa no. 8, que consideram a vida útil-econômica estimada dos bens. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados anualmente e ajustados, caso apropriado. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômico-futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um bem do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.9. Intangível
Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução do valor acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no final de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado, prospectivamente.

2.10. Redução do valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis
Os bens do imobilizado, intangível e outros ativos não circulantes são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda recuperável, nesse caso definido pelo valor em uso do ativo, utilizando a metodologia de fluxo de caixa descontado, essa perda é reconhecida no resultado. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não houve evidências que indicassem que os ativos não seriam recuperáveis. As propriedades para investimentos estão avaliadas ao seu valor justo. Em 31.12.2025 a entidade ajustou terrenos contabilizado em seu ativo imobilizado como propriedades para investimento. A contrapartida do reconhecimento do valor justo foi reconhecida no Resultado conforme CPC 27.

2.11. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)
Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em valor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

2.12. Arrendamento mercantil financeiro/operacional
Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Associação os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 9. A entidade cumpriu os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC-06 (R2) evidenciando os arrendamentos mercantis operacionais mencionados. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

2.13. Matrículas antecipadas
Os valores de matrículas recebidos no final do exercício de alunos serão reconhecidos no resultado do exercício seguinte de acordo com o regime de competência.

2.14. Provisão para contingências
As provisões de processos judiciais (trabalhistas, cíveis e tributários) são constituídas para as causas cujas probabilidades de desembolso futuro são consideradas prováveis pelos consultores jurídicos e pela administração da Entidade, considerando a natureza dos processos e a experiência da administração em causas semelhantes, conforme demonstrado na Nota Explicativa no. 14.

2.15. Reconhecimento de receita
A receita relacionada às mensalidades é reconhecida linearmente ao longo do semestre letivo, quando os serviços são prestados aos alunos em conformidade com o regime de competência de exercício.

2.16. Reserva de reavaliação
Constituída em decorrência das reavaliações dos imóveis da Entidade, baseada em laudos de avaliação elaborados por peritos avaliadores independentes. O saldo da reavaliação será mantido até a sua realização por alienação.

2.17. Demonstração do Valor Adicionado
Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Entidade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Entidade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis e como informação complementar às demonstrações contábeis. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis.

3. Caixa e equivalentes de caixa		
	2025	2024
Caixa	3.543	6.124
Bancos Conta Movimento	4.192.578	567.471
Total	5.040.703	573.595

4. Contas a receber de alunos		
	2025	2024
Contas a receber de alunos	45.493.737	39.290.296
Cheques pendentes (devolvidos)	716.323	716.323
Cheques custodiados	7.365	7.365
Cartão de Débito/Crédito	2.084.372	2.349.900
FIES - créditos a receber	447.567	533.168
Outros créditos a receber	1.305.029	1.291.941
Total	50.054.394	44.188.993
Provisão para perdas esperadas com créditos	-38.494.085	-38.397.641
Total	11.560.308	5.791.352

A Entidade utilizou os mesmos critérios adotados nos exercícios anteriores para constituir a provisão para perdas esperadas com créditos sobre os saldos vencidos e não pagos com base em dados de perdas históricas nos últimos anos.

Não circulante		
5. Impostos a Recuperar		
	2025	2024
Outros créditos tributários	2.647.346	2.647.346
Total	2.647.346	2.647.346

Trata-se de créditos do PIS a restituir conforme processo de restituição No. 10166.730797/2016-18.

6. Propriedade para Investimentos		
	Terrenos	Total
Saldo em 31.12.2024	41.075.400	41.075.400
Adições	828.900	828.900
Subtração		
Saldo em 31.12.2025	41.904.300	41.904.300

Avaliação a valor justo
As propriedades para investimentos referem-se a terrenos mantidos para auferir rendimentos de aluguel e/ou valorização do capital, adquiridos e contabilizados inicialmente no Ativo Imobilizado pelo custo de aquisição devidamente corrigido e em 2025 foram atualizadas pelo valor justo por meio de avaliação efetuada por uma empresa especializada independente (J R ALMEIDA VAZ ENGENHARIA).

A metodologia adotada para avaliação dessas propriedades para investimento ao valor justo é a preceituada pelo Método Comparativo Direto, sendo utilizado as diretrizes constantes da Parte 2 da NBR 14653 que detalha os procedimentos gerais da norma de avaliação de bens - NBR 14653-1, as quais são internacionalmente utilizadas e reconhecidas para casos de avaliação e demais análises.

Todos os cálculos baseiam-se na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são tratadas adequadamente para serem utilizadas na determinação do valor do empreendimento. A contrapartida do reconhecimento do valor justo foi reconhecida como ajuste de avaliação patrimonial conforme CPC 27.

7. Investimentos		
	2025	2024
Telefônica Brasil S/A	28.483	28.483
Total	28.483	28.483

8. Imobilizado		
	2025	2024
	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido
Descrição	Taxa anual de deprec.	Custo
Terrenos	-	11.341.006
Imóveis	4%	81.376.770
Máquinas e equipamentos	10%	34.629.787
Móveis e Utensílios	10%	12.803.535
Veículos	20%	1.833.193
Computadores e periféricos	10%	25.215.983
Software	20%	20.417.019
Livros e acervo	10%	17.918.143
Instalações	10%	4.425.875
Obra de Arte	-	3.842
Benefitória Imóvel Terceiros	10%	30.008.703
Imobilizado em andamento		202.154
Total	240.176.009	204.759.150

9. Ativo de Direito de Uso
A entidade possui Contratos de Locação de Imóveis, classificados como Arrendamento Mercantil Operacional calculados em atendimento ao IFRS 16, cujos saldos são:

	2025	2024
Contratos de Locação Imóveis	25.466.426	29.849.505
(-) depreciação exercício	7.264.099	6.798.703
Saldos finais no exercício	18.202.327	23.050.802

No exercício de 2025 foram reconhecidas as despesas com juros como um componente das Despesas Financeiras no montante de 3.068.431. O valor do Arrendamento do Direito de Uso para os próximos 12 meses é de R\$ 7.017.647, que está contabilizado no Passivo Circulante; Os valores históricos dos Contratos de Locação de Imóveis são:

Imóvel Campus Taguatinga	Vencimento: 30.09.2026	R\$ 5.682.852
Imóvel Estacionamento	Vencimento: 31.10.2026	R\$ 1.166.293
Imóvel Prédio	Vencimento: 31.05.2026	R\$ 64.277
Imóvel Estacionamento Taguatinga	Vencimento: 28.02.2026	R\$ 39.332
Terracap lote B,C e C,D	Vencimento: 30.09.2026	R\$ 64.893
TOTAL		R\$ 7.017.647

10. Obrigações trabalhistas		
	2025	2024
Salários a pagar	6.853.239	6.739.027
Provisões para férias e encargos	15.492.479	15.685.381
FGTS a recolher sobre folha de pagamento	1.413.857	1.156.681
INSS a recolher sobre folha de pagamento	3.264.215	3.297.317
IRRF sobre folha de pagamento	4.082.095	4.308.843
Outras Contas a Pagar	350.762	585.592
Total	31.456.647	31.772.841

As obrigações trabalhistas referem-se a passivos de curto prazo junto aos funcionários da Entidade.

11. Impostos parcelados - Circulante		
	2025	2024
INSS parcelado(b)	2.248.785	11.071.493
Total	2.248.785	11.071.493

(a) A Entidade procedeu ao Parcelamento do INSS junto a RF o qual se encontra deferido e vem sendo regularmente cumprido, sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas, e 19/03/2021 iniciado (RF) última parcela a ser paga em 27/02/2026. Refere-se a parte de Curto Prazo.

11. Impostos parcelados - Não Circulante		
	2025	2024
INSS Parcelamento RF	0	3.282.691
Total	0	3.282.691

(a) A Entidade procedeu ao Parcelamento do INSS junto a RF, o qual se encontra deferido e vem sendo regularmente cumprido, sendo amortizado em 60 parcelas mensais e sucessivas, 19/03/2021 iniciado (RF) restando somente 02 parcelas no curto prazo para quitação integral.

12. Instituições financeiras - Circulante		
	2025	2024
Banco Santander	1,23% a.m.	0
Banco Original	1,24% a.m.	4.999.999
Banco Santander	1,62% a.m.	2.834.622
Banco Original	1,11% a.m.	3.333.333
Banco Original	1,38% a.m.	2.666.666
Banco Volks	1,72% a.m.	56.399
Banco Volks	1,49% a.m.	67.605
Banco Garantia	1,57% a.m.	544.410
Total	14.503.034	18.233.994

12. Instituições financeiras - Não Circulante		
	2025	2024
Banco Original	1,11% a.m.	1.666.667
Banco Original	1,24% a.m.	0
Banco original	1,38% a.m.	3.777.778
Banco Santander	1,62% a.m.	17.165.379
Banco Volks	1,49% a.m.	0
Banco Volks	1,72% a.m.	138.741
Total	22.748.565	16.511.904

13. Matrículas antecipadas
Refere-se a matrículas recebidas no exercício corrente, registradas nesta rubrica por tratar-se de Receita do Exercício Seguinte.

14. Provisão para passivo contingente: A Entidade possui diversas reclamações trabalhistas e fiscais em andamento judicial. A perda estimada dos processos como sendo de risco provável, de acordo com a opinião de seus assessores jurídicos, em função da expectativa de desfecho dos processos é de R\$ 41.346.695, (Em 2024 R\$ 36.928.459) para os quais a Associação registrou uma provisão, e de R\$ 4.449.077 de risco considerados como possíveis para os quais não foi constituída nenhuma provisão.

15. Patrimônio social
O Patrimônio social da Entidade é formado pelos resultados acumulados desde a data de sua fundação, acrescido dos valores dos Superávits e diminuído dos Déficits. Em 31.12.2025 o saldo do Patrimônio Líquido era negativo de R\$ 41.496.360, (Em 31.12.2024 era negativo em R\$ 39.251.640).

Podendo ser assim demonstrado:		
	2025	2024
Reserva de Reavaliação (a)	14.475.636	14.475.636
Ajuste de Avaliação Patrimonial	36.705.370	36.705.370
Reservas de Resultados	(92.677.366)	(90.432.646)
Soma	(41.496.360)	(39.251.640)

a) A Reserva de reavaliação no valor de R\$ 14.475.636 refere-se à reavaliação da imóvel sede do campus da entidade.
b) Em 31.12.2025 a Entidade incorreu em Superávit contábil de R\$ 5.138.351. Em 31.12.2024 o Déficit foi de R\$ 9.488.036. Em conformidade com seu plano de trabalho, a Entidade vem implementando uma estratégia para alcançar o equilíbrio financeiro da instituição. Paralelamente estão sendo desenvolvidas medidas com o objetivo de redução dos custos administrativos, acadêmicos e financeiros, bem como melhoria dos controles internos.

16. Receitas de atividade educacional		
a) Receita Líquida sobre prestação de serviços educacionais		
	2025	2024
Contribuições de Alunos	534.636.835	487.510.341
Outras receitas	4.557.696	4.634.367
(-) Bolsas de Estudo	(74.746.755)	(63.048.554)
(-)Deduções de Mensalidades	(141.697.989)	(124.288.499)
(-)Outras Deduções	(3.295.365)	(2.373.204)
Total	319.454.423	302.434.451

b) Custo dos Serviços Prestados		
	2025	2024
Despesas com Pessoal e encargos	(130.659.257)	(130.983.890)
Matérias	(3.393.403)	(2.918.666)
Serviços Contratados	(7.901.467)	(6.773.089)
Total	(141.954.127)	(140.675.645)

17. Despesas Operacionais		
a) Despesas com pessoal		
	2025	2024
Salários e encargos	(62.329.253)	(75.121.158)
Total	(62.329.253)	(75.121.158)

b) Outras Despesas administrativas		
	2025	2024
Matérias	(1.632.276)	(1.726.982)
Despesas com vendas	(10.543.504)	(6.585.210)
Utilidades	(6.182.640)	(6.471.259)
Outras Despesas	(2.898.925)	(2.712.158)
Total	(21.257.345)	(17.495.609)

c) Despesas com serviços de terceiros		
	2025	2024
Serviços Contratados	(29.711.668)	(27.127.663)
Assessoria e Consultoria	(14.552.175)	(8.169.831)
Consultoria Jurídica	(11.059.692)	(9.506.449)
Outros serviços de terceiros	(9.773.866)	(8.491.325)
Total	(65.097.401)	(53.295.268)

18. Resultado financeiro		
Receitas (-) despesas financeiras		
	2025	2024
Juros e descontos recebidos	1.213.186	1.617.931
Despesas financeiras	(10.517.467)	(10.299.419)
Total	(8.304.281)	(8.681.488)

19. Coberturas de seguros
Em 31.12.2025 a Entidade possuía cobertura de seguros contra Danos Materiais, incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado, que foram definidos por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza de sua atividade e o grau de risco envolvido. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 122.000.000,00 para cobertura dos edifícios e para cobertura de veículos (colisão, incêndio, roubo e furto) 100% da tabela FIPE.

Neusa Rodrigues de Moraes Contadora CRC-DF 013503
PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB, entidade de ensino sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 00.059.857/0001-87, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Social e demais documentos e relatórios contábeis que os acompanham.

Com base nos exames realizados, nas informações prestadas pela administração e nos registros contábeis apresentados, verificou-se que as demonstrações refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da entidade, bem como a correta aplicação de seus recursos, observando-se os princípios fundamentais de contabilidade e a legislação vigente aplicável às entidades sem fins lucrativos.

O Conselho Fiscal constatou, ainda, que as atividades desenvolvidas pela entidade estão em consonância com seus objetivos estatutários, não havendo indícios de irregularidades na gestão administrativa ou financeira no período analisado.

Diante do exposto, o Conselho Fiscal opina favoravelmente pela aprovação das demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31/12/2025, recomendando sua apreciação e aprovação pela Assembleia Geral.

CENTRO DE ENSINO UNIFICADO DE BRASILIA - CEUB

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Contistas do
Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB
Brasília-DF

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras do **Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - ITG 2002 (R1).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase
Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional
Chamamos a atenção para a leitura das Notas Explicativas nº 2.1.2, 2.1.3 e 15 às demonstrações financeiras, que indicam que a Entidade incorreu em um Superávit contábil no montante de R\$ 5.138.351, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, (em 31.12.2024 Déficit de R\$ 9.488.036) e, naquela data, o patrimônio social líquido da Entidade foi negativo em R\$ 41.496.360, (R\$ 39.251.640 negativo em 31.12.2024). Conforme apresentado nas Notas acima referidas, esses eventos ou condições, podem indicar a existência relevante quanto à capacidade de continuidade operacional da Entidade.
Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da entidade.

Reconhecimento de receita
A principal fonte de receita da Entidade advém da cobrança de mensalidades de alunos matriculados semestralmente nos cursos regulares de graduação, mestrado, doutorado, pós-graduação e EAD. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois: a) as receitas são decorrentes de grande volume de transações, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados; e b) a Entidade oferece algumas modalidades de descontos e bolsas, integrais e parciais, aos seus alunos, o que requer a existência e funcionamento de controles internos capazes de garantir que a receita esteja adequadamente reconhecida, líquida de qualquer desconto esperado.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos incluíram, entre outros: a) entendimento dos controles internos relevantes que envolvem o processo de matrículas e definição de preços; b) inspeção de docu-

mentos que evidenciam as transações de receitas com alunos, em bases amostrais, revisando os contratos de serviços firmados com os alunos; documentações para o cadastramento do aluno; comprovantes de liquidação de boletos de matrícula, mensalidades e acordos; emissão de cobranças e registro contábil das mensalidades; correlação dos valores registrados como receitas ao longo do exercício, com a movimentação do contas a receber e, por fim, com a conversão desses valores no caixa da entidade; confirmação se os valores correspondentes a essas receitas foram registrados no período adequado; e verificação da conciliação das bases de contas a receber de alunos com os registros contábeis. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações incluídas nas notas explicativas nºs. 2.3 e 2.5.
Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Entidade, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotadas pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nos. 2.5 e 2.15, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Mensuração do valor justo das propriedades para investimento
De acordo com a Nota Explicativa às demonstrações contábeis nº 6, a Entidade registra suas propriedades para investimentos ao valor justo suportada por laudo de avaliação elaborado por especialista externo e independente em relação a Entidade. Em 31 de dezembro de 2025, o valor justo desses ativos, reconhecido no ativo não circulante da Entidade, era de R\$ 41.904.300. A estimativa de valor justo das propriedades para investimento foi determinada levando-se em consideração o "método comparativo direto de dados do mercado", utilizando-se das diretrizes da NBR 14653-1 e 2.
Esse tema foi considerado um PAA, devido à relevância dos valores das propriedades para investimentos registrados pela Entidade, devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa e ao julgamento necessário que deve ser exercido pela Administração na determinação das premissas de cálculo do valor justo dos ativos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
■ O envolvimento de especialistas externos e independentes em avaliação de imóveis na região, para nos auxiliar na análise e revisão das metodologias e modelos utilizados pelos especialistas externos contratado pela Entidade;
■ Avaliamos se a metodologia aplicada para cálculo do valor justo estava de acordo com as práticas utilizadas no mercado para cálculo do valor justo e se referida metodologia se encontrava suportada nos normativos contábeis aplicáveis.
Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados nos laudos de avaliação a valor justo e preparados por especialistas terceiros da Entidade, pelos laudos dos especialistas externos e independentes por nós utilizados bem como pelas evidências de auditoria que suportam nossos testes, consideramos que as avaliações a valor justo preparados por aqueles especialistas, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da entidade, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A administração do **Centro de Ensino Unificado de Brasília CEUB** é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato.
Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras
A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações

financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não de garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimentos dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Fornecemos também aos responsáveis da Entidade declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Entidade, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.
Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2026

COTRIM & ASSOCIADOS
Audítores Independentes S.S.
CRC 2SP 012.348/0-4
Wilson Carlos Bronze Cotrim
Contador CRC 1SP 096.274/0-9

